

3487451 - 1806072

Custas: R\$
Total 622,01



Emi 455, R3-FETJ 94, 12-8PD 14, 77-MM 10, 05-AC 0, 20-FUNPERJ 22, 79

Registrado e digitalizado em 03/09/2012

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE COLOCAÇÃO PRIVADA DE
DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA DA OITAVA EMISSÃO DA
LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.



São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Colocação Privada de Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações com Garantia Fidejussória da Oitava Emissão de Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano 168, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 60.444.437/0001-46, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.300.106.448, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" ou "Emissora");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e, ^{na} ~~em~~ interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 04, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"); e

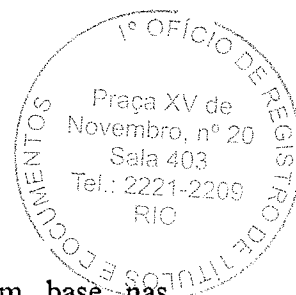
- III. como fiadora e principal pagadora solidariamente com a Companhia:

LIGHT S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano 168, parte, 2º andar, Corredor A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 03.378.521/0001-75, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.300.263.161, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Fiadora");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:



Handwritten signature or mark.



1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures ("Emissão") será realizada com base nas deliberações:

- I. da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 13 de julho de 2012 ("RCA da Companhia"); e
- II. da reunião do conselho de administração da Fiadora realizada em 13 de julho de 2012 ("RCA da Fiadora").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão será realizada com observância aos seguintes requisitos:

I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"):

(a) a ata da RCA da Companhia que deliberar pela Emissão será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no "Jornal do Commercio", edição nacional; e

(b) a ata da RCA que deliberar pela prestação de fiança, pela Fiadora será arquivada na JUCERJA e publicada no DOERJ e no "Jornal do Commercio", edição nacional.

II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão (a) inscritos na JUCERJA; e (b) registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da celebração no caso dos aditamentos.

III. *registro para custódia eletrônica.* As Debêntures poderão ser registradas para custódia eletrônica e pagamento dos eventos previstos nesta Escritura de Emissão por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP") sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira dos eventos realizados na CETIP.



#



3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social a exploração de serviços públicos de energia elétrica, nas áreas referidas em seu contrato de concessão e outras áreas em que, de acordo com a legislação aplicável, seja autorizada a atuar, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem associadas ao seu objeto – tais como: (i) uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; (ii) transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; (iii) prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (iv) serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; (v) cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado, podendo, para tanto, participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

ll
①

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

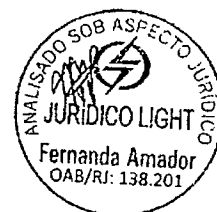
- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o financiamento dos projetos descritos no plano de negócios da Companhia ("Projetos"), conforme tal plano é previsto no Anexo 4.1 desta Escritura de Emissão ("Plano de Negócios").

- 4.2 A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão ~~deverá~~ ser investida pela Companhia em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 6.12 abaixo) ("Prazo Máximo de Investimento"), podendo o investimento dos recursos abranger período indicado no Plano de Negócios, Anexo 4.1 desta Escritura de Emissão.

- 4.3 Fica acordado desde já que não serão considerados elegíveis para ~~inclusão~~ no Plano de Negócios (i) os dispêndios relacionados à manutenção, ao ~~custeio~~ e ao consumo da Emissora, bem como quaisquer despesas administrativas, tais como despesas com viagens, estadia, telefonia, materiais de escritório e/ou publicidade institucional, dentre outros, e (ii) qualquer projeto ou rubrica de investimentos que não tenha sido previamente aprovado por escrito pelos Debenturistas.

- 4.4 A Emissora não financiará mais de 90% (noventa por cento) do Plano de Negócios com recursos obtidos por meio desta Emissão, e fica obrigada a investir um valor mínimo de 10% (dez por cento) de recursos próprios nos Projetos.

- 4.5 Para fins da comprovação do cumprimento do Plano de Negócios, a Emissora deverá enviar semestralmente ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas até os

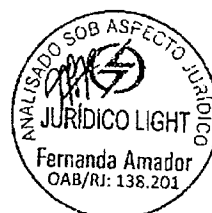


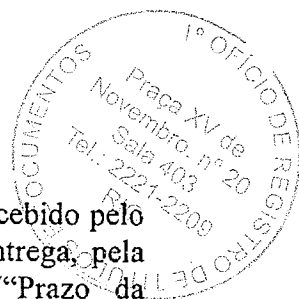
ll



dias 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano (sendo o primeiro envio em 20 de janeiro de 2013) até que sejam comprovados todos os investimentos observando-se o disposto na Cláusula 4.2 acima, relatório de utilização dos recursos decorrentes da Emissão, elaborado nos termos da Cláusula 4.6 abaixo ("Relatórios de Uso dos Recursos"), bem como o parecer favorável da Auditoria dos Investimentos (conforme definido na Cláusula 4.8 abaixo e no prazo da Cláusula 4.11), observados os procedimentos e requisitos aplicáveis ao referido relatório e à mencionada auditoria definidos nas Cláusulas 4.6, 4.8 e seguintes da presente Escritura de Emissão.

- 4.6 Os Relatórios de Uso dos Recursos conterão: (i) o investimento realizado tal como descrito no Plano de Negócios; (ii) a data e o valor de cada pagamento, discriminando o montante do valor utilizado desta Emissão e o montante do valor utilizado de recursos próprios, (iii) o número das respectivas notas fiscais ou faturas comprobatórias do investimento realizado; (iv) item ou serviço adquirido; (v) fornecedores favorecidos; e (vi) demais informações complementares aos pagamentos constantes do sistema da Emissora.
- 4.7 Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, poderão solicitar, por escrito e a qualquer momento, a seu exclusivo critério, uma amostragem das notas fiscais ou faturas, bem como notas fiscais ou faturas específicas, relacionadas nos Relatórios de Usos de Recursos, sendo que a Emissora terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento do respectivo requerimento, para disponibilizar tal amostragem ou as notas fiscais ou faturas específicas.
- 4.8 A comprovação da utilização dos recursos da Emissão nos Projetos constantes do Plano de Negócios deverá ocorrer mediante auditoria específica, a ser realizada por auditor ou empresa de auditoria independente, com registros válidos na CVM, a ser contratada para este fim às expensas da Emissora, cujo relatório deverá ter como destinatário os Debenturistas e o Agente Fiduciário ("Auditoria dos Investimentos").
- 4.9 Após a apresentação do relatório de Auditoria dos Investimentos, os documentos comprobatórios poderão ser encaminhados ao arquivo central da Emissora, sendo que sua disponibilização posterior aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário se dará mediante solicitação por escrito enviada à Emissora com 30 (trinta) dias corridos de antecedência.
- 4.10 Cada parecer da Auditoria dos Investimentos deverá atestar a destinação dos recursos objeto da respectiva parcela do Valor Total da Emissão liberada à Emissora, sendo que, em conjunto, os pareceres de Auditoria dos Investimentos deverão atestar a destinação do Valor Total da Emissão (conforme definido na Cláusula 6.2 abaixo) dentro do Prazo Máximo de Investimento, e o valor mínimo de recursos próprios investidos pela Emissora, conforme Cláusulas 4.2 e 4.4.





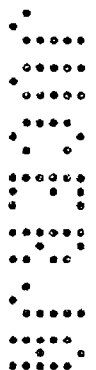
- 4.11 O parecer favorável da Auditoria dos Investimentos deverá ser recebido pelo Agente Fiduciário, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados da entrega, pela Emissora, do respectivo Relatório de Uso dos Recursos ("Prazo da Auditoria").

5. CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:

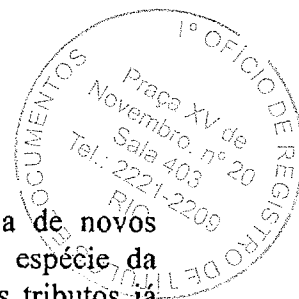
- 5.1 *Condições Precedentes.* A subscrição das Debêntures será efetuada em até 5 (cinco) Dias Úteis após a apresentação, aos Debenturistas e ao escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, de evidência do cumprimento da totalidade das seguintes condições precedentes:

- I. comprovação ao Agente Fiduciário do registro desta Escritura de Emissão e da Emissão na JUCERJA e na CETIP;
- II. comprovação ao Agente Fiduciário do registro desta Escritura de Emissão em cartórios de registro de títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, por meio da entrega de 1 (uma) via original com os referidos registros.
- III. comprovação ao Agente Fiduciário do arquivamento e da publicação das atas dos atos societários previstos na Cláusula 2.1, item I, acima;
- IV. entrega ao Agente Fiduciário do relatório definitivo de classificação de risco (*rating*) da Emissão, elaborado por agência classificadora de risco internacional, sendo que o *rating* da Emissão deverá ser igual ou superior a AA-;
- V. recebimento pelos Debenturistas de opinião legal emitida pelo escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados e Chediak, Lopes da Costa, Cristofaro, Menezes Côrtes, Rennó, Aragão - Advogados, tendo como objeto a regularidade legal da Emissão e o cumprimento de todas as condições precedentes previstas nesta escritura (em seus aspectos jurídicos), em termos satisfatórios para os Debenturistas;
- VI. não ocorrência de, até a Data de Integralização: (a) qualquer alteração adversa relevante nos negócios e condição financeira da Emissora ou da Fiadora que resulte em rebaixamento da classificação de risco atribuída à Emissora em momento imediatamente anterior à Emissão; (b) alterações na política monetária do Governo Federal que impactem diretamente o setor de atuação da Emissora, e que, de qualquer modo, possam alterar substancialmente suas perspectivas futuras e tornem a realização da

13



[Handwritten signature]



Emissão inviável e/ou desaconselhável; (c) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie da Emissão, e/ou aumento das alíquotas, e/ou valores dos tributos já incidentes na data da presente Escritura de Emissão, ou incidência de regulamentação que venha a alterar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional, tornando inviável ou desaconselhável a realização da Emissão; ou (d) casos fortuitos ou eventos de força maior, conforme definidos pelo artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que tornem inviável ou desaconselhável a realização da Emissão;

5.2 Após a subscrição das Debêntures, a integralização será realizada em até 1 (um) Dia Útil após a apresentação aos Debenturistas do extrato emitido pela Instituição Escriuturadora que comprove a titularidade das Debêntures pelos Debenturistas;

5.3 *Liberção dos Recursos.* Uma vez cumpridas as condições de subscrição e integralização das Debêntures estabelecidas nas Cláusulas 5.1 e 5.2 acima, os Debenturistas farão a integralização da totalidade das Debêntures emitidas, mediante depósito do Valor Total da Emissão (conforme definido na Cláusula 6.2 abaixo) na conta nº 05416-1, agência nº 0911 do banco Itaú Unibanco S.A. (341), de livre movimentação e de titularidade da Emissora. O Valor Total da Emissão deverá ser utilizado exclusivamente de acordo com os montantes estabelecidos no Plano de Negócios, respeitado o Prazo Máximo de Investimento referido na Cláusula 4.2.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a oitava emissão de debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de reais), o qual não será atualizado até a Data de Integralização das Debêntures ("Valor Total da Emissão").

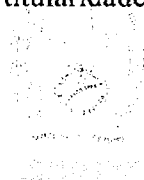
6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 470 (quatrocentas e setenta) Debêntures.

6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal").

6.4.1 *Séries.* A Emissão será realizada em uma única série.

6.5 *Colocação.* A distribuição das Debêntures será privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo



Handwritten signature or mark.



extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escriuturadora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

- 6.7 *Instituição Escriuturadora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escriuturadora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.11 *Garantia Fidejussória.* A Fiadora, neste ato, obriga-se, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como avalista, fiadora, principal pagadora e solidariamente (com a Companhia) responsável por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.25 abaixo), devidos pela Companhia e pela Fiadora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão ("Fiança").
- 6.11.1 Cabe ao Agente Fiduciário, a exclusivo critério dos Debenturistas, requerer a execução ou tomar as medidas necessárias para que os Debenturistas requeiram a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, uma vez verificada

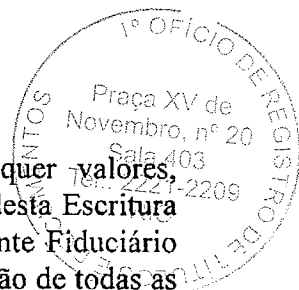
15.
0.

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



Handwritten signature.

qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas.



6.11.2 A Fiadora, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, exigir e/ou demandar a Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo) contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

16
10

6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de setembro de 2012 ("Data de Emissão").

6.13 *Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures vencerão em 04 de junho de 2026 ("Data de Vencimento").

6.14 *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas em até 30 (trinta) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, sendo certo que, expirado este prazo, a presente Escritura de Emissão será rescindida e as obrigações aqui descritas serão extintas de pleno direito, não restando qualquer obrigação ou ônus para as Partes, nem qualquer obrigação de indenizar.

6.15 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal, observando-se o procedimento descrito na Cláusula 5.2 acima ("Data de Integralização").

6.16 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado pela Companhia anualmente em 12 (doze) parcelas consecutivas nas datas e percentuais detalhados no cronograma de amortização abaixo:



Handwritten signature.



Data de Amortização	Percentual do Valor Nominal a ser Amortizado
04/06/2015	8,33%
04/06/2016	8,33%
04/06/2017	8,34%
04/06/2018	8,33%
04/06/2019	8,33%
04/06/2020	8,34%
04/06/2021	8,33%
04/06/2022	8,33%
04/06/2023	8,34%
04/06/2024	8,33%
04/06/2025	8,33%
04/06/2026	8,34%

6.17 **Remuneração.** As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

- I. **atualização monetária:** o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado; e
- II. **juros remuneratórios:** sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de ~~um dia~~, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,18% (um inteiro e dezoito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Período de Capitalização"). Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 04 de dezembro de 2012 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:



Handwritten signature or mark.





$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

19
@

spread = 1,18 (um inteiro e dezoito décimos); e

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.



[Handwritten signature]

no caso de
de quaisquer
a Escritura de
de "TPI" o

6.17.1.1 Observado o disposto na Cláusula 6.17.1.2 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, em sua substituição, para apuração de "TDI", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia ou da Fiadora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

6.17.1.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de “TDI_k”, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia ou a Fiadora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia e a Fiadora, de forma solidária, se obrigam, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer

20

12





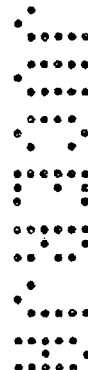
primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

21.
@

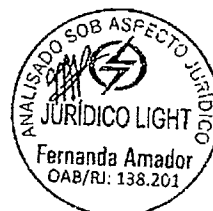
6.17.1.3A Fiadora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 6.17.1.1 e 6.17.1.2 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Companhia, de tal obrigação. A Fiadora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.17.1.2 acima.

6.18 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.19 *Resgate Antecipado Facultativo.* A partir da completa comprovação da utilização dos recursos, por meio da entrega dos Relatórios de Usos dos Recursos, nos termos da Cláusula 4 acima, as Debêntures poderão ser resgatadas total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da Companhia, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, informando (i) a data do resgate pretendido; (ii) o volume ou o número de Debêntures que serão resgatadas, (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. O valor de resgate não deverá ser inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e será equivalente ao Valor Nominal ou ao saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos até a data do resgate, e de prêmio (conforme tabela abaixo) incidente sobre o Valor Nominal Unitário atualizado, objeto do Resgate Antecipado Facultativo ("Prêmio").



PERÍODO DE RESGATE ANTECIPADO	PRÊMIO
Junho de 2014 até maio de 2016	1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento)
Junho de 2016 até maio de 2018	1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento)
Junho de 2018 até maio de 2020	1,00% (um por cento)



[Handwritten signature]

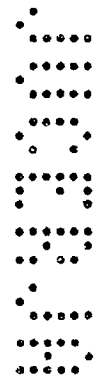


Junho de 2020 até maio de 2022	0,75% (setenta e cinco centésimos por cento)
Junho de 2022 até maio de 2024	0,50% (cinquenta centésimos por cento)
Junho de 2024 até o dia anterior à Data de Vencimento	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)

6.19.1 Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

22
B

6.19.2 No caso de resgate antecipado parcial das Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada diretamente entre a Emissora e os Debenturistas, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas relacionadas a este processo, tais como a qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, bem como a liquidação financeira do resgate antecipado parcial, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Adicionalmente, fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado total com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.



6.20 *Resgate Antecipado Obrigatório.* A Companhia e a Fiadora, de forma solidária, se obrigam, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, (i) na ocorrência do disposto na Cláusula 6.17.1.2 acima; e (ii) na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura de Emissão nos termos da Cláusula 6.28 abaixo.

6.21 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas em circulação. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas em circulação, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.



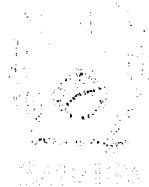
[Handwritten signature]



à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

- 6.28 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.28.1, 6.28.2 e 6.28.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pela Fiadora, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"): 24

- I. inadimplemento, pela Companhia, pela Fiadora e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- II. vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- III. protesto de títulos contra (ainda que na condição de garantidora) a Companhia, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi cancelado; ou (ii) foram prestadas garantias aceitas pelo juízo competente; ou (iii) foi validamente comprovado pela Companhia e/ou pela Fiadora perante o juízo competente que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros;
- IV. inclusão da Emissora ou da Fiadora em qualquer cadastro de proteção ao crédito, que não seja sanada ou declarada ilegítima no prazo de até 15 (quinze) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, do fato que resultou em sua inclusão em referido cadastro de





proteção ao crédito, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

- V. descumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanada no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, individualmente ou em conjunto;
- VI. uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora ou da Fiadora, que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a respectiva sociedade de valor unitário ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para as quais a respectiva sociedade não tenha feito provisão para pagamento, conforme publicado em suas demonstrações de resultado mais recentes;
- VII. transferência, ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- VIII. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento; (b) decretação de falência da Companhia, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia, pela Fiadora e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas; (d) pedido de falência da Companhia, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- IX. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto:

25
0

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



Handwritten signature or initials.



(a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou

(b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou

(c) pela incorporação, pela Companhia, de qualquer controlada ou de ações de qualquer controlada; ou

(d) por qualquer operação envolvendo exclusivamente controladas da Companhia e/ou da Fiadora; ou

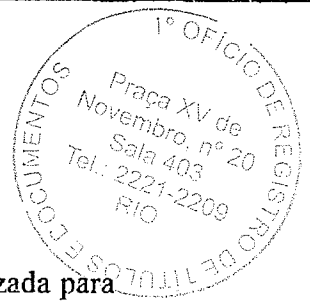
(e) por qualquer operação envolvendo a Fiadora e/ou suas controladas na qual, após anunciada ou ocorrida tal operação, as classificações de risco (*rating*) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco;

X. alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou da Fiadora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (*rating*) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco e se aprovado por Debenturistas, representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

XI. alienação pela Companhia, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

XII. transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

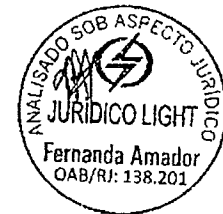
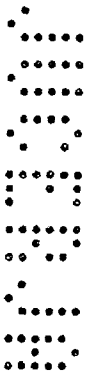




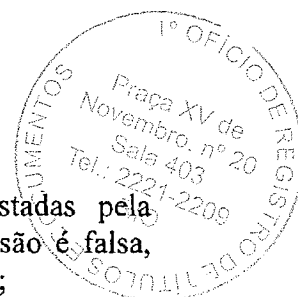
- XIII. redução do capital social da Companhia que não seja realizada para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- XIV. pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Companhia que não tenham sido declarados até a data de celebração desta Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- XV. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;
- XVI. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4 acima;
- XVII. alteração do objeto social da Companhia e/ou da Fiadora, de forma que (a) a Companhia deixe de atuar na distribuição e comercialização de energia elétrica; ou (b) a Fiadora deixe de ter como objetivo principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica;
- XVIII. constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) sobre ativos relevantes da Companhia e/ou da Fiadora (exceto se para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contratos de compra de energia elétrica celebrados pela Companhia, bem como para constituição de garantia em contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- XIX. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia e/ou da Fiadora;

27

0

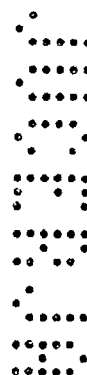


Handwritten signature or initials.

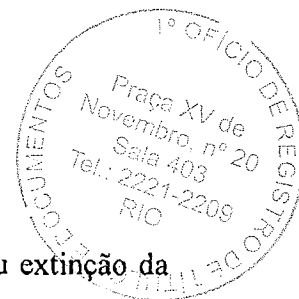


- XX. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora nesta Escritura de Emissão é falsa, inconsistente ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- XXI. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão;
- XXII. não manutenção, pela Companhia de seguro para seus ativos operacionais relevantes, conforme as melhores práticas correntes em seus mercados de atuação, não sanado no prazo de 10 (dez) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- XXIII. realização, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social ou contrato social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XXIV. realização, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer ato em desacordo com esta Escritura de Emissão, e/ou com qualquer outro documento relacionado à Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas em tais documentos;
- XXV. observado o disposto na Cláusula 6.28.5, não observância, pela Fiadora, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados pela Companhia, nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, e verificados pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Fiadora (conforme definido na Cláusula 7.2 abaixo) relativas a cada trimestre do ano civil, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas a 30 de setembro de 2012:
- (a) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do Total da Dívida Líquida (conforme definido na Cláusula 6.28.4 abaixo) pelo EBITDA (conforme definido na Cláusula 6.28.4 abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 (três inteiros); e
- (b) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos (conforme definido na Cláusula 6.28.4 abaixo), que deverá ser igual ou superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- XXVI. a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;

28



Handwritten signature or mark.



XXVII. perda, caducidade, cassação definitiva, encampação ou extinção da concessão de serviço público detida pela Emissora;

XXVIII. intervenção na Companhia pelo poder concedente da concessão outorgada à Companhia, com o objetivo de explorar atividades relacionadas à distribuição de energia, intervenção essa decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica; ou

XXIX. rebaixamento do *rating* da Emissão previsto na Cláusula 5.1, item V, acima, para abaixo do conceito "BBB-".

29
B

6.28.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.28, incisos VIII, XII, XV, XX, XXI, XXVI, XXVII, e XXVIII, acima, todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

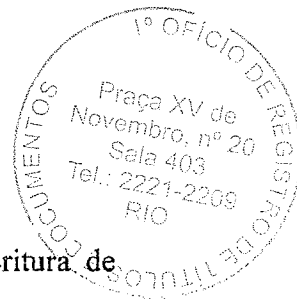
6.28.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.28.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão com relação às Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão com relação às Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão com relação às Debêntures.

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

6.28.3 Na ocorrência do vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão com relação às Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.



Handwritten signature.



6.28.4 Observado o disposto na Cláusula 6.28.5, para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e aceite de financiamentos à medida que tais financiamentos constituam Dívida, incluindo as despesas de juros relacionadas a fundo e/ou plano de pensão;
- II. "Dívida" significa o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Fiadora conforme suas Demonstrações Financeiras Consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Fiadora e o diferencial por operações com derivativos, incluindo dívidas relacionadas a fundo e/ou plano de pensão;
- III. "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o Lucro Líquido, (a) acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos; (iii) despesa de amortização e depreciação; (iv) perdas extraordinárias e não recorrentes; e (v) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, e (b) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (i) receitas financeiras; (ii) ganhos extraordinários e não recorrentes; e (iii) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;
- IV. "Lucro Líquido" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o lucro líquido (ou prejuízo), excluídos (a) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Fiadora ou tenha sido incorporada ou fundida à Fiadora ou suas subsidiárias; (b) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Fiadora ou suas subsidiárias; (c) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis; (d) quaisquer

30
①

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



Handwritten signature.



perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais; (e) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregado; (f) lucro líquido de operações descontinuadas; e (g) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (a) a (f) acima;

V. "Caixa e Equivalentes de Caixa" incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento em até 3 (três) meses e sem perda significativa de valor. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado;

VI. "Títulos e Valores Mobiliários" incluem aplicações financeiras com vencimento superior a 3 (três) meses e/ou que tenham restrição de resgate, não sendo caracterizados como de liquidez imediata pela Fiadora, sendo as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de resultado; e

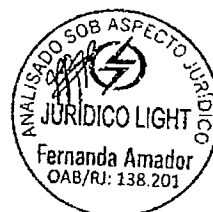
VII. "Dívida Líquida" significa Dívida deduzida de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Títulos e Valores Mobiliários.

6.28.5 Caso haja alteração na 5ª (quinta) e 7ª (sétima) emissão de debêntures da Companhia, de forma que passe a ser previsto: (a) que o vencimento antecipado se dará caso não haja observância, pela Fiadora, dos Índices Financeiros lá descritos (que deverão ser os mesmos descritos nesta Emissão) por 2 (dois) trimestres consecutivos ou (quatro) trimestres intercalados; e (b) caso haja nova redação de EBITDA incluindo a referência ao mecanismo para compensação das variações de valores de itens dos custos não gerenciáveis (Parcela A) ocorridas entre reajustes tarifários anuais das distribuidoras de energia (CVA), tais redações passarão a valer para esta Emissão como se aqui tivessem transcritos ("Novos Índices Financeiros").

6.28.6 Na hipótese mencionada na cláusula 6.28.5 acima, esta Escritura de Emissão deverá ser alterada por meio de aditamento celebrado entre as partes, de modo a fazer incluir os Novos Índices Financeiros;

6.28.7 A Emissora e a Fiadora comprometem-se, neste ato, a assinarem aditamento a esta Escritura de Emissão elaborado nos termos da cláusula 6.28.6 acima, na data da Assembleia Geral de Debenturistas que formalizar a alteração.

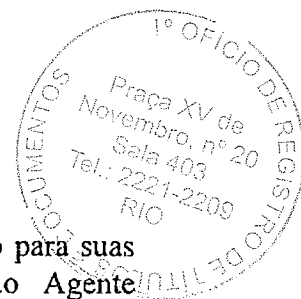
6.29 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no "Jornal do Commercio", edição nacional, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro



31



Handwritten signature.



jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

- 6.30 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia e/ou para a Fiadora:

Light Serviços de Eletricidade S.A.

Light S.A.

A/c.: Light Serviços de Eletricidade S.A.

Avenida Marechal Floriano 168

20080-002 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. João Batista Zolini

Telefone: (21) 2211-2559

Fac-símile: (21) 2211-2554

Correio Eletrônico: joao.zolini@light.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

A/c.: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514

22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira

(backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotruster.com.br

juridico@pentagonotruster.com.br



[Handwritten signature]



7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DA FIADORA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua respectiva página na Internet ou na página da CVM na Internet:

(a) em até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");

(b) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia" e em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"); e

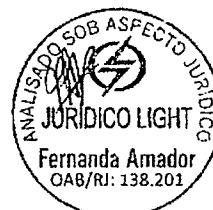
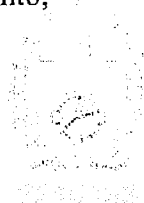
(c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480");

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

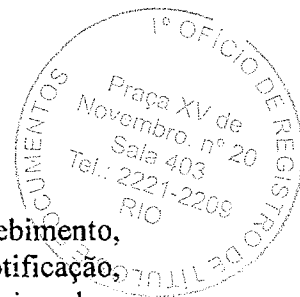
(a) no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados das datas a que se refere a Cláusula 7.2 abaixo, inciso I, alíneas (a) e (b), as rubricas necessárias à verificação dos Índices Financeiros, acompanhadas de demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pela Companhia;

(b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;

(c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;



Handwritten signature or initials.



- (d) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (e) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (f) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Companhia;
- (g) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (h) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo registro da Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCERJA e os cartórios de registro de títulos e documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures; e
- (j) informações sobre a constituição de Ônus de qualquer natureza sobre ativos relevantes da Companhia, considerando-se ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva constituição;

III.

até que o investimento da totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão tenha sido comprovado, nos termos da Cláusula 4, acima, permitir, em Dias Úteis, no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para os Debenturistas, a inspeção das obras dos Projetos por parte de representantes dos Debenturistas, desde que os Debenturistas sejam os subscritores iniciais, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos



Handwritten signature or initials.



na documentação pertinente e, desde que agendados previamente e por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis;

- IV. informar o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, a Instituição Escrituradora e a CETIP, se for o caso, sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- V. manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM;
- VI. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP, se for o caso;
- VII. não contratar mútuos com Partes Relacionadas cujo valor, individual ou agregado, seja superior à R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, salvo se os recursos forem destinados a investimentos nas atividades operacionais, pela Companhia, sendo proibida a sua utilização para distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas. Para os fins desta cláusula, o conceito "Partes Relacionadas" significa (i) todo e qualquer indivíduo, seja pessoa física, sociedade anônima, *partnership*, sociedade limitada, associação, condomínio, trust ou outra pessoa jurídica ou organização, que seja, direta ou indiretamente, sua controladora, controlada, ou, ainda, que esteja, direta ou indiretamente, sob o controle do(s) mesmo(s) controlador(es) final(is) da Emissora ou da Fiadora, ou (ii) qualquer pessoa jurídica na qual os acionistas da Emissora ou da Fiadora tenham interesse econômico direto ou indireto;
- VIII. não reduzir seu capital social sem o prévio e expresso consentimento de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, salvo se a redução for realizada para absorção de prejuízos acumulados;
- IX. no caso de existir a necessidade de redução do quadro de pessoal da Emissora e/ou dos Projetos, oferecer aos trabalhadores a serem dispensados, programa de treinamento voltado para oportunidades de trabalho na região em que exerciam suas funções e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido aos Debenturistas, para apreciação, documento(s) que especifique(m) e ateste(m) a conclusão das negociações realizadas

35.



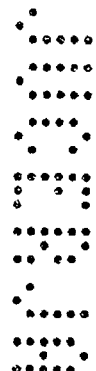
[Handwritten signature]



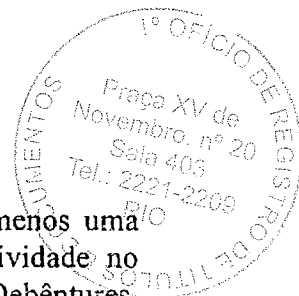
com a(s) competente(s) representação(ções) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;

- X. contribuir para a preservação do meio ambiente nas operações que envolvam obras civis mantendo, sempre que possível, a vegetação nativa ou efetuando o plantio de mudas de árvores nativas da região, observando o solo, clima e o local em que serão plantadas;
- XI. utilizar na execução de seus projetos, na medida do possível, equipamentos voltados para a preservação do meio ambiente;
- XII. adotar e fazer com que o executor de obras de seus projetos adote as seguintes providências, de forma a favorecer à preservação ambiental: (i) minimizar os impactos da obra no meio ambiente, (ii) aproveitar, passivamente, os recursos naturais do ambiente local, (iii) realizar a gestão e economia de água e energia na construção, (iv) promover o uso racional dos materiais de construção, (v) arborizar e estimular o plantio de árvores nas áreas de intervenção, e (vi) promover discussões e difundir entre seus membros conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais, uso racional dos recursos naturais, medidas alternativas de baixo custo de aquecimento de água/materiais degradáveis para construção, outros, riscos decorrentes da não preservação ambiental e demais questões pertinentes;
- XIII. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas, e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais ao exercício de suas atividades;
- XIV. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XV. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- XVI. contratar e manter contratados, conforme aplicável, às suas despesas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, o sistema de custódia das Debêntures (SND), se for o caso;

36.
①

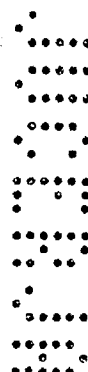


Handwritten signature.



- XVII. contratar e manter contratada, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco internacional, em atividade no Brasil, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- XVIII. efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e, se aplicável, da Fiadora;
- XIX. efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XX. disponibilizar em sua sede, na mesma data de sua divulgação pelo Agente Fiduciário, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5 abaixo, inciso XVI;
- XXI. notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XXII. convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;

37
⑩



Handwritten signature.



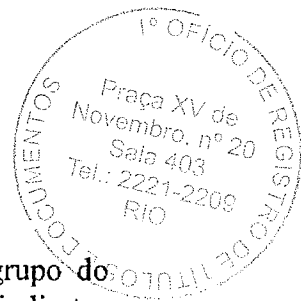
- XXIII. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XXIV. observar e cumprir toda a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, zelando sempre para que (i) a Emissora não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil, sendo que (a) por trabalho forçado entende-se todo trabalho e serviço, executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição, (b) por mão de obra infantil entende-se contratação de crianças, exploração econômica, ou atividade que tenha a probabilidade de oferecer perigo, interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança; (ii) os trabalhadores da Emissora estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) a Emissora cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, em especial, mas sem limitar-se às obrigações junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); (iv) a Emissora cumpra a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) a Emissora detenha todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações relevantes para o regular exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e (vi) a Emissora tenha todos os registros relevantes para a realização das suas atividades, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;
- XXV. enviar ao Agente Fiduciário o Relatório de Uso dos Recursos, bem como o parecer favorável da Auditoria dos Investimentos, na forma e no prazo previstos nas Cláusulas 4.5 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- XXVI. enviar aos Debenturistas, até a completa comprovação de utilização dos recursos, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao final de cada trimestre do calendário civil, sendo que o primeiro será entregue até 21/01/2013 e terá como data base o último trimestre de 2012, relatório com as seguintes informações: (a) identificação do subgrupo do Plano de Negócios beneficiado com os recursos aportados pelos Debenturistas; e (b) setor em que se insere o

38
@

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



Handwritten signature



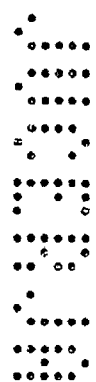
subgrupo do Plano de Negócios; (c) localização do subgrupo do Plano de Negócios; (d) número de empregos diretos e indiretos originados pelo subgrupo do Plano de Negócios; (e) outros benefícios (sociais, econômicos, regionais) gerados com a implantação do Plano de Negócios; (f) atualização do estágio atual e estimativa de início e previsão de conclusão de todos os subgrupos do Plano de Negócios;

- XXVII. informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

39
Ⓢ

7.2 A Fiadora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua respectiva página na Internet ou na página da CVM na Internet:
- (a) em até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Fiadora") e (ii) relatório demonstrando a apuração do índice financeiro, com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (b) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora com revisão limitada por



Handwritten signature or mark.



auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Fiadora") e, em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Fiadora, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora") e (ii) relatório demonstrando a apuração do índice financeiro, com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e

- (c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480;

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

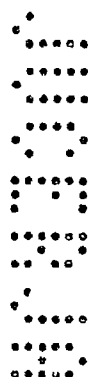
- (a) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Fiadora relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento, que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (d) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Fiadora; e
- (e) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;





- III. manter atualizado o registro de companhia aberta da Fiadora perante a CVM;
- IV. cumprir, e fazer com que a Companhia cumpra as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais ao exercício de suas atividades;
- V. manter, e fazer com que a Companhia mantenha sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VII. efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e, se aplicável, da Fiadora;
- VIII. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- IX. caso a Fiadora venha a se comprometer, em qualquer outra operação ou por qualquer outro meio, a observar índices financeiros mais rigorosos do que os dispostos nesta Escritura de Emissão (Novos Covenants Financeiros), os Novos Covenants Financeiros passarão a ser aplicados às Debêntures como se aqui estivessem transcritos;
- (a) na hipótese acima mencionada, esta Escritura de Emissão deverá ser alterada por meio de aditamento celebrado entre as partes, de modo a fazer incluir os Novos Covenants Financeiros; e
- (b) a Emissora e a Fiadora comprometem-se, neste ato, a assinarem aditamento a esta Escritura de Emissão elaborado nos termos da alínea (a) acima, na data da Assembleia Geral de Debenturistas que formalizar a alteração.

48
①



Handwritten signature or mark.



7.3 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 7.1 e 7.2 acima, a Emissora se compromete a apresentar aos Debenturistas, desde que sejam os subscritores iniciais, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou documentos referentes à Emissora e/ou ao Plano de Negócios.

(a) As referidas solicitações serão feitas em nome dos Debenturistas, por meio de seus gestores, devido a demandas provenientes dos seguintes órgãos/entidades, sem prejuízo de outros: Conselho Curador, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e/ou outros órgãos e entidades responsáveis pela administração, gestão e/ou fiscalização dos recursos dos Debenturistas.

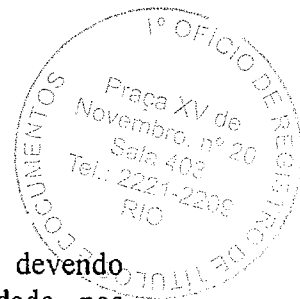
(b) O prazo para envio das informações e/ou documentos será estabelecido individualmente na época de cada solicitação, a qual poderá ser feita mediante o envio de correspondência, observados os termos da Cláusula 6.30.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário da Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia e a Fiadora, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação lícita, válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;





- VII. verificou a regularidade da constituição da Fiança, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão;
- VIII. é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia ou com a Fiadora que o impeça de exercer suas funções; e
- XIII. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 da Light Energia S.A. ("Light Energia"), com vencimento em 19 de agosto de 2019, em que foram emitidas 425 (quatrocentas e vinte e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais), com garantia fidejussória da Fiadora, sendo que até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia e da Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia e da Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

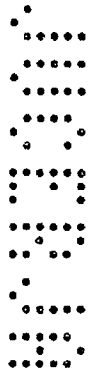
8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:



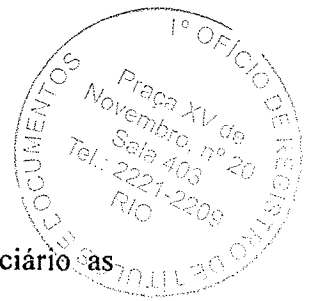


- I. é facultado aos Debenturistas proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas, e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pelas assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) as assembleias gerais de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não deliberem sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão; e

44



Handwritten signature or mark at the bottom right corner.



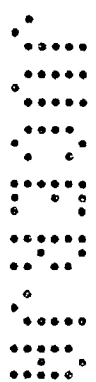
IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- (a) de R\$12.000,00 (doze mil reais) por ano, devida pela Companhia (sem prejuízo da Fiança), sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGPM"), ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata die*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia e pela Fiadora, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima; e
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

45



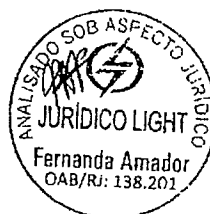
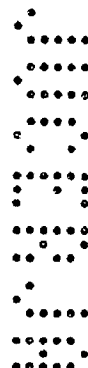
Handwritten signature or mark.



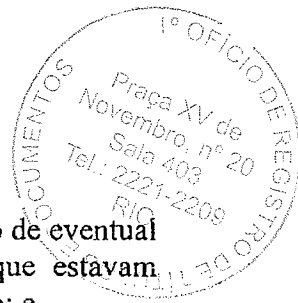
II. será reembolsado pela Companhia (sem prejuízo da Fiança) por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; e
- (b) extração de certidões;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou da Fiadora no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas o adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a comprovadamente incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia e pela Fiadora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos comprovados com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais comprovadas decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento dos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em



[Handwritten signature]



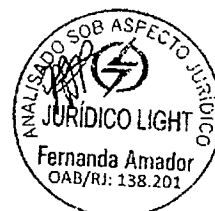
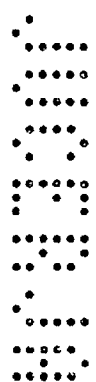
proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia e da Fiadora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, exceto por aqueles previstos na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c); e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou a Fiadora não o façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

47
②

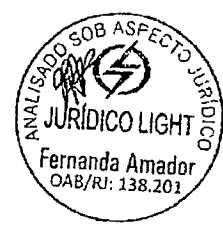


Handwritten signature.

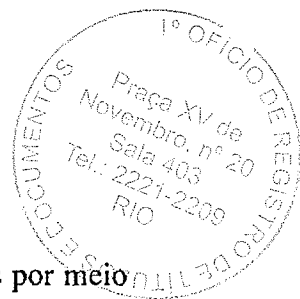


- X. verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão;
- XI. examinar proposta de substituição da Fiança, manifestando sua expressa e justificada concordância;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou da Fiadora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza o estabelecimento principal da Companhia;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia e/ou na Fiadora;
- XIV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XV. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. elaborar e enviar à Companhia o relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações societárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;

48



[Handwritten signature]



- (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (f) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (g) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Fiança;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: e

(i.1) denominação da companhia ofertante;

(i.2) valor da emissão;

(i.3) quantidade de debêntures emitidas;

(i.4) espécie;

(i.5) prazo de vencimento das debêntures;

(i.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;

(i.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

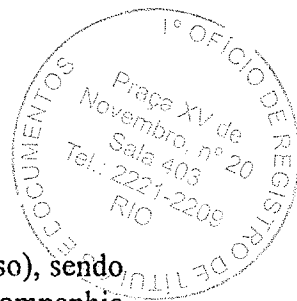
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVI acima, até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM e na CETIP, se for o caso;

XVIII. publicar, às expensas da Companhia (sem prejuízo da Fiança), no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, nos termos da Cláusula 6.29 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVI acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;

XIX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, a Instituição





Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP (se for o caso), sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP (se for o caso) a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- XX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XXI. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer e os Índices Financeiros, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
- XXII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunidade dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP, se for o caso;
- XXIII. divulgar as informações referidas no inciso XVI acima, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- XXIV. fazer com que a Companhia cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso XVII;
- XXV. na ocorrência de qualquer dos eventos descritos na Cláusula 6.28 acima, inciso IX ou inciso X, solicitar à agência de classificação de risco, em até 5 (cinco) Dias Úteis após esta ser comunicada, manifestação acerca da classificação de risco (*rating*) atribuída às Debêntures e à Companhia, ficando estabelecido que a Emissora e/ou a Fiadora deverá(ão) fornecer à agência de classificação de risco, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures; e



Handwritten signature or mark.

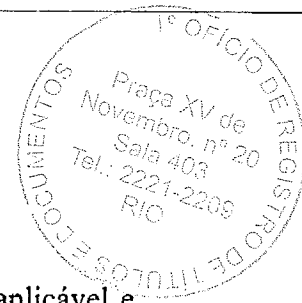
XXVI. disponibilizar, diariamente, o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.28 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e a critério dos Debenturistas, executar ou tomar as medidas necessárias para que os Debenturistas executem a Fiança, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
- III. requerer a falência da Companhia e da Fiadora, se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia e/ou da Fiadora.

8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.28, 6.28.1, 6.28.2 e 6.28.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

8.7 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.



constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e

II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quora previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.17.1.1 e 6.17.1.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da Fiança; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas à Cláusula 6.19 acima; (j) das disposições relativas à Cláusula 6.20 acima; ou (k) de qualquer Evento de Inadimplemento.

9.6.2 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) à Fiadora; (iii) a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas nos itens anteriores; ou (iv) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia e da Fiadora nas assembleias gerais de Debenturistas.



Handwritten signature or mark in the bottom right corner.



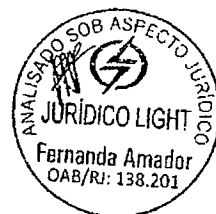
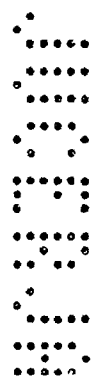
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DA FIADORA

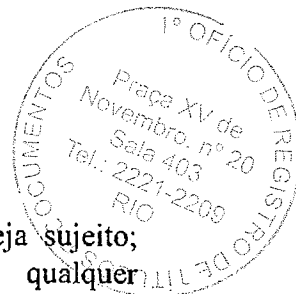
10.1 A Companhia, neste ato, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. é titular da concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão para Geração, Transmissão e Distribuição de Energia n.º 001/1996, celebrado entre Companhia e União Federal, em 4 de junho de 1996, que se encontra válida, eficaz e em pleno vigor;
- III. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, societárias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- IV. não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão, com fundamento no Despacho ANEEL n.º 1.618, de 23 de abril de 2008, que aprovou alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE;
- V. os representantes legais da Companhia que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- VI. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- VII. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão (a) não infringem o estatuto social da Companhia; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia

54



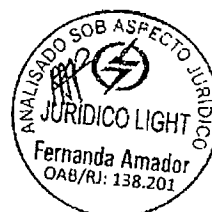
Handwritten signature or mark at the bottom right corner.



seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer de seus ativos;

55
10

- VIII. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- IX. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- X. as informações constantes do formulário de referência elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na Internet ("Formulário de Referência da Companhia") são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- XI. o Formulário de Referência da Companhia (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Companhia e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- XII. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia e/ou às Debêntures não divulgados no Formulário de Referência da Companhia cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência da Companhia seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- XIII. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência da Companhia foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Emissão e com base em suposições razoáveis;
- XIV. os documentos, informações e materiais informativos fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros,



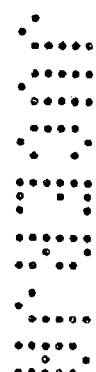
Handwritten signature.



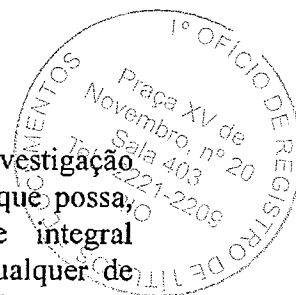
consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Companhia, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

- XV. as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- XVI. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- XVII. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, que a Companhia tenha sido citada ou notificada, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XVIII. possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XIX. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou

5b
@



[Handwritten signature]

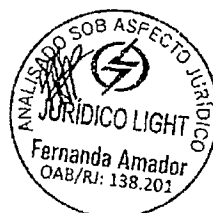


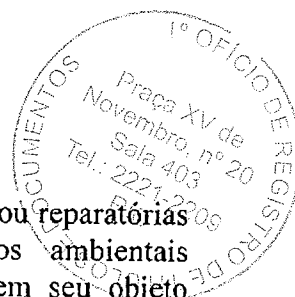
arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;

- XX. não tem, na Data de Emissão, qualquer sociedade controlada ou coligada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações);
- XXI. o registro de companhia aberta da Companhia está atualizado perante a CVM; e
- XXII. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2 A Fiadora, neste ato, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, societárias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- III. não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança;
- IV. os representantes legais da Fiadora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- V. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- VI. a Fiança constitui obrigação lícita, válida, vinculante e eficaz da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- VII. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da





atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- XIII. está, assim como a Companhia, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei que a Fiadora ou qualquer de suas controladas tenha sido citada ou notificada, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XIV. possui, assim como a Companhia, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- XV. inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- XVI. o registro de companhia aberta da Fiadora está atualizado perante a CVM; e
- XVII. não há qualquer ligação entre a Fiadora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

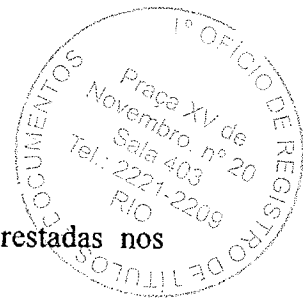
10.3 A Companhia e a Fiadora, de forma solidária, irrevogável e irretratável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade,



59



Handwritten signature or mark.



inconsistência e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima e/ou da Cláusula 10.2 acima.

- 10.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.3 acima, a Companhia e a Fiadora obrigam-se a notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar(em) conhecimento, caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima e/ou da Cláusula 10.2 acima tornou-se falsa, inconsistente e/ou incorreta.

11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia e da Fiadora todos os custos incorridos com a Emissão ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, da Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário, da agência de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e à Fiança.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

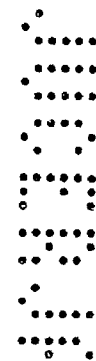
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.



60



Handwritten signature.



12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

13. FORO

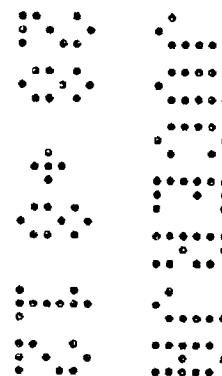
13.1 Para a solução de todas as dúvidas e/ou controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão, fica eleito (i) desde que verificada quaisquer das hipóteses previstas no artigo 109, I, da Constituição Federal, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, e (ii) nas demais hipóteses, o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

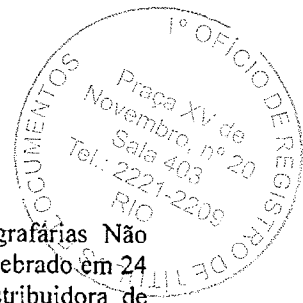
Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 24 de agosto de 2012.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)





Instrumento Particular de Escritura de Colocação Privada de Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações da Oitava Emissão de Light Serviços de Eletricidade S.A., celebrado em 24 de agosto de 2012, entre Light Serviços de Eletricidade S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Light S.A. – Página de Assinaturas 1/4.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

62

Nome:
Cargo: Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor-Presidente

Nome:
Cargo: João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações
com Investidores

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A
Nire: 33.3.0010644-8
Protocolo: 00-2012/299148-6 - 27/08/2012
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 28/08/2012. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000353-2/000
DATA: 28/08/2012
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notário: GUIDO MACIEL
Av. Nilo Pecanha, 26- LOJA A - RJ - Tel: 2544-7474
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
PAULO ROBERTO RIBEIRO PINTO
JOAO BATISTA ZOLINI CARNEIRO

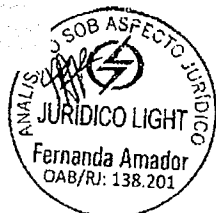
Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2012 às 15:31:04
Em Testemunho da Verdade.
THIAGO CABRAL SILVA-ESCREVENTE
Usuário do sistema: ROBERTO FERREIRA DE OLIVEIRA - 84-1879
Total - R\$ 11,22



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A
Nire: 33.3.0010644-8
Protocolo: 00-2012/299148-6
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000353-2/000
DATA: 28/08/2012
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL



Thiago Cabral Silva
Autorizado - Série 147





Instrumento Particular de Escritura de Colocação Privada de Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações da Oitava Emissão de Light Serviços de Eletricidade S.A., celebrado em 24 de agosto de 2012, entre Light Serviços de Eletricidade S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Light S.A. – Página de Assinaturas 2/4.

63
@

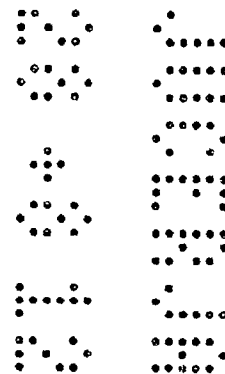
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

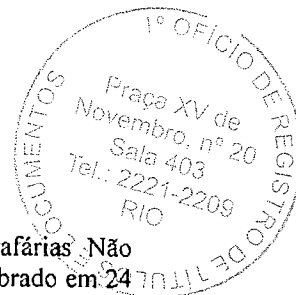
Pedro Henrique de Brito e Silva
Nome: PEDRO HENRIQUE DE BRITO E SILVA
Cargo: JURÍDICO

15º OFÍCIO

15º OFÍCIO DE NOTAS - CENTRO - FERNANDA DE FERNANDES
RUA DO OUVIDOR, N.º 89 - CENTRO - RIO DE JANEIRO, RJ
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA
SELO(S): SKV03573
Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2012
FUNDADO: 0,21 FUNDADO: 0,21 FUNDADO: 0,21 FUNDADO: 0,21
Em Testemunho
037 - HIRID VIANA BRASIL - 44-9975

SELO DE FISCALIZAÇÃO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMA
POR SEMELHANÇA
1º OFÍCIO
SKV03573
da verdade.





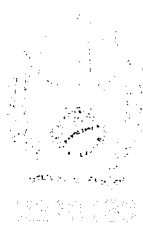
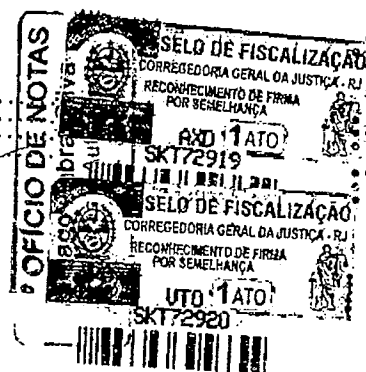
Instrumento Particular de Escritura de Colocação Privada de Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações da Oitava Emissão de Light Serviços de Eletricidade S.A., celebrado em 24 de agosto de 2012, entre Light Serviços de Eletricidade S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Light S.A. – Página de Assinaturas 3/4.

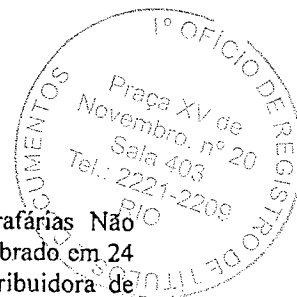
LIGHT S.A.

64

Nome: Paulo Roberto Ribeiro Pinto Nome: João Batista Zolini Carneiro
Cargo: Diretor-Presidente Cargo: Diretor de Finanças e Relações com Investidores

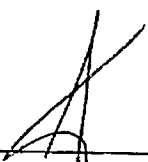
23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notário: GUIDO MACIEL
Av. Nilo Pecanha, 26- LOJA A - RJ - Tel: 2544-7474
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de :
PAULO ROBERTO RIBEIRO PINTO
JOAO BATISTA ZOLINI CARNEIRO
Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2012 às 15:31:04
Em Testemunho da Verdade.
THIAGO CABRAL SILVA-ESCREVENTE -
Usuário do sistema: ROBERTO FERREIRA DE OLIVEIRA - 04-1878
Total - R\$ 11,22

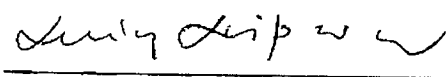




Instrumento Particular de Escritura de Colocação Privada de Debêntures Quirografárias Não Conversíveis em Ações da Oitava Emissão de Light Serviços de Eletricidade S.A., celebrado em 24 de agosto de 2012, entre Light Serviços de Eletricidade S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Light S.A. – Página de Assinaturas 4/4.

Testemunhas:


Nome: **Leandro de M. Monteiro**
Id.: **CPF: 074.395.097-85**
CPF/MF: **C.I.: 11012460-9**


Nome: **Luiz Felipe Nequeiros de Sá**
Id.: **107.444.705**
CPF/MF: **013.620.317-55**

